

Paulo Ricardo Bonfim, *Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil*, Jundiaí, Paco Editorial, 2017, 228 p., ISBN 978-85-462-0691-9.

O jovem pesquisador Paulo Ricardo Bonfim brinda a comunidade científica e a todos os interessados na história da eugenia com a publicação de *Educar, Higienizar e Regenerar: uma História da Eugenia no Brasil*. O livro é uma adaptação de sua dissertação de mestrado, cujo título foi *A Educação no Movimento Eugênico Brasileiro (1917-1933)*, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco (USF), inserida na linha de pesquisa “História, Historiografia e Ideias Educacionais”.

Resultado de uma pesquisa concluída no ano de 2013, a obra apresenta em seu escopo de investigação objetivos gerais e específicos claros e bem definidos, propondo-se a discutir as tensões e composições que o movimento eugênico brasileiro comportou, além de analisar as propostas voltadas à educação, *lato sensu*, no âmbito da eugenia no Brasil.

O livro divide-se em quatro capítulos, além do prefácio¹, apresentação e considerações finais. O texto é claro e elegante, correspondendo ao que se espera de uma produção acadêmica, mas sem tornar-se demasiadamente rebuscado, portanto, compatível com a linguagem científica e também acessível ao público em geral. Já na “Apresentação”, Paulo Bonfim nos deixa claro suas convicções epistemológicas, *ad cautelam*, de que a eugenia adquiriu ao longo dos anos uma polissemia que comprometeu seu *ethos* compreensivo, resultando em reduções simplificadas e até mesmo anacrônicas (p. 21), além de reconhecer a própria dificuldade ideológica endógena do movimento eugênico brasileiro, fato que singulariza o estudo do tema no Brasil².

No primeiro capítulo, “Capitalismo, Progresso e Ciência”, encontramos uma narrativa de caráter totalizante, que contextualiza o leitor a respeito do surgimento do movimento eugênico como subproduto dos avanços científicos e tecnológicos do século XIX e seus impactos na maneira como as sociedades humanas passavam a ser compreendidas. Numa perspectiva dialética entre macro e micro-história, o autor articula sua argumentação a partir de temas como o capitalismo e o darwinismo social, perpassando pela filosofia positivista. Inserindo-se nesse

¹ O prefácio da obra foi escrito pelo Professor Doutor Moysés Kuhlmann Júnior (Fundação Carlos Chagas), orientador de Paulo Ricardo Bonfim em sua dissertação de mestrado que foi adaptada e publicada como livro.

² O referencial teórico utilizado pelo autor em sua argumentação está contido na obra de Nancy Leys Stepan, *The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America*, Ithaca, Cornell University Press, 1996.

contexto histórico, o Brasil e seus dilemas adentram a narrativa: em um momento da história nacional em que se acabara de abolir a escravatura (1888), o país recebia milhares de imigrantes, e o movimento republicano via a questão racial como um dos principais dilemas à constituição de uma nação forte, que impulsionasse o país em direção à almejada “ordem e progresso”. Para isso, “as demandas sociais nas áreas da educação e da saúde pública mobilizavam diversos agentes sociais em sociedades e associações (...) em que se propunham a discutir os caminhos para o progresso da nação” (p. 47), abrindo caminho para a creditação de soluções eugênicas, assunto tratado em suas especificidades no próximo capítulo.

Intitulado “Eugenia: Ciência & Ideologia”, o segundo capítulo subdivide-se em duas partes: a primeira preocupa-se com a conceitualização da eugenia, a partir da obra do seu criador Francis Galton³, e a segunda, da análise semiótica da gênese do movimento eugênico brasileiro.

Estabelecendo uma interface *pari passu* entre os avanços científicos de meados do século XIX e as construções ideológicas assumidas pela própria história desse século, o autor revela-nos as relações intrínsecas entre as contradições do progresso e as mazelas sociais advindas da realidade do capitalismo vitoriano⁴, articulando, a partir da história cultural, suas consubstanciações, demonstrando-nos a importância do processo histórico anterior ao ano de 1883, quando, então, Galton utilizaria pela primeira vez a expressão “eugenia” (p. 74). A facilidade com que a narrativa flui entre o debate social e médico, característica que forja as origens do pensamento eugênico inglês a partir dos conceitos de raça e classe social, também é digno de apreço (p. 82-83).

O trabalho de análise historiográfica passa a ocupar o centro da narrativa, no momento em que o pesquisador insere a problemática eugênica na história brasileira no início do século XX (p. 93). Sustentando suas análises em diversas fontes primárias⁵, Paulo Bonfim mostra-nos de forma empírica um dos seus principais objetivos: a história do movimento eugênico brasileiro não pode ser pensada de maneira monolítica, mas sim a partir de várias perspectivas

³ Vide Francis Galton, *Inquiries into human faculty and its development*, London, Macmillan and Co., 1883.

⁴ Sobre as relações entre ciência e ideologia na Grã-Bretanha do século XIX, vide Jack Morrel, Arnold Thackray, *Gentlemen of Science: early years of the British Association for the Advancement of Science*, Oxford, Clarendon Press, 1981.

⁵ Um dos grandes méritos dessa obra é a capacidade de interlocução entre as fontes utilizadas, tomando-se o cuidado de dar voz às divergências como forma de contraprova argumentativa. Métodos de análise hermenêutica como, por exemplo, aparatos da linguística, da semiótica e semântica, são perceptíveis. Sobre questões metodológicas, sugerimos a leitura de Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.), *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

epistemológicas que transitam entre formas ambíguas de eugenia – positiva, negativa ou preventiva –, facto ímpar na América Latina.

“Renato Kehl: o campeão da eugenia” é o título do terceiro capítulo, completamente dedicado à história da eugenia no Brasil. A opção pela análise da trajetória de Renato Kehl⁶ não é escolha fortuita, mas meticulosa e astuta, por dois motivos fundamentais: primeiramente, a rica documentação existente sobre o médico eugenista⁷ e, depois, sua própria metamorfose epistemológica no tempo e espaço, cujos debates no interior das associações e na imprensa esclarecem sua complexidade. Como fonte biográfica, temos uma narrativa breve, mas necessária do personagem que tanto influenciou o debate eugênico brasileiro durante as décadas de 1920 e 1930. “Neste contexto favorável a difusão do conhecimento científico, sobretudo pela ascensão das ideias sanitaristas, Renato Kehl soube atrair a atenção de profissionais diversos para as potencialidades da ciência de Galton, como meio de regeneração da população (...)” (p. 118).

O último capítulo é todo dedicado às relações do movimento eugênico com a educação. Sob o título “A educação no movimento eugênico”, podemos compreender o papel destacado pelos principais eugenistas brasileiros frente ao debate educacional e, também, compreender a importância do ensino que, nas palavras do médico Miguel Couto, era um dos caminhos para a superação do atraso da nação (p. 142). Nota-se que, diferentemente da maioria das discussões eugênicas do norte da Europa, assim como nos Estados Unidos, ao invés de somente atermo-nos a questões de hereditariedade de matrizes mendelianas, a educação alçou o movimento eugênico brasileiro para discussões ímpares, multifacetadas, que mais tarde repercutiriam a própria organização da burocracia estatal com a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública (1930), sob o governo do então presidente Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954).

Evitando metodologicamente interpretações aligeiradas e conceituações apressadas, *avant la lettre*, o capítulo, que pouca margem deixa a questionamentos acerca da apropriação e difusão da eugenia no Brasil, foi escrito com base em fontes primárias representativas, com destaque ao cotejo crítico das edições do *Boletim de Eugenia*, periódico criado por Kehl que circulou entre 1929 e 1933, além de outros veículos também importantes como, por exemplo, os *Annaes de Eugenia*, publicados pela Sociedade Eugênica de São Paulo, as *Actas de Trabalhos*

⁶ Sobre a trajetória intelectual de Renato Kehl, vide Vanderlei Sebastião de Souza, *A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação (Mestrado) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

⁷ Vide *Fundo Pessoal Renato Kehl* (Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz) – <http://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/renato-kehl>.

do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro no ano de 1929, semanários, manuais e cartilhas publicadas por eugenistas, além de recortes da imprensa diária, nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Até à publicação de *Educar, Higienizar e Regenerar: uma História da Eugenia no Brasil*, o público geral tinha à sua disposição uma gama de literatura restrita sobre a história da eugenia⁸ e nenhuma obra que tivesse dedicado atenção específica ao recorte temático de forma tão criteriosa na caracterização de concepções e, também, que desse voz aos intensos debates e disputas dentro do próprio movimento. Por exemplo, nas estantes das principais livrarias nacionais, o livro mais próximo da tentativa de depurar o trajeto da história da eugenia no Brasil, da historiadora Pietra Diwan⁹, publicado uma década antes da obra analisada, apesar de irrepreensível relevância, ainda não se desprendia do campo epistemológico analítico mendeliano e dos projetos eugênicos *nazis*, tão criticado por Bonfim em seu texto que, através de rigorosa análise das fontes, sustenta como se mostravam multifacetados, ímpares e divergentes os debates que ocorriam adentro do movimento, assim como suas propostas de ação e posições políticas e ideológicas.

Mais do que um mero ramo da medicina, o texto nos adverte o quão enganosa a eugenia, que após a Segunda Guerra Mundial passou a ser considerada nefasta ou mera pseudociência, pode parecer, e comprova que o universo do pensamento eugênico angariou grupos de intelectuais atuantes em diversas áreas da sociedade brasileira, que iam desde a defesa de ordem sanitária e educacional até a perspectiva radicalizada de controle social, de segregação e esterilização como meios de garantir o aprimoramento racial e extermínio dos “inaptos” (p. 196).

Acreditamos que, devido aos objetivos alcançados, à demonstração empírica de suas metodologias, à gama de fontes utilizadas, além da sólida bibliografia, *Educar, Higienizar e Regenerar: uma História da Eugenia no Brasil* é digna de apreço pela academia e preenche uma lacuna que faltava na historiografia sobre o tema, superando os limites da pesquisa histórica que pareciam restritos ao discurso de uma época, o que torna o trabalho original e diferenciado dos outros até então produzidos no país.

DANIEL FLORENCE GIESBRECHT

Universidade de Coimbra, CEIS20/UC, FLUC

profdanielflorence@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>

⁸ Vide Lilia Moritz Schwarcz, *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

⁹ A obra em questão denomina-se, *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*, São Paulo, Contexto, 2007.